ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
Avenida Tancredo Neves 450
Edf. Suarez Trade – 29º andar
41.820-020 – Salvador - BA

Tel: + 55 (71) 2103-9400
Fax:+ 55 (71) 2103-9440
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Enerbras Centrais Elétricas S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enerbras Centrais Elétricas S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5.2., os bens do imobilizado da controlada Energética Serra da Prata S.A. da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Salvador, 4 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-"F" BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC – BA 015.640/O-3

© 2015 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado 31/12/14	Consolidado 31/12/13	Controladora 31/12/14	Controladora 31/12/13
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.097	2.450	1.596	51
Aplicação financeira	4	22.272	39.372	-	-
Contas a receber de clientes	5	4.744	4.592	-	-
Impostos a recuperar		186	278	69	41
Adiantamentos a fornecedores		207	145	2	1
Pagamentos antecipados		255	197	-	-
Dividendos a receber		-	-	4.313	38.850
Total dos ativos circulantes		43.761	47.034	5.980	38.943
NÃO CIRCULANTES					
Partes relacionadas	13	-	12.987	-	-
Títulos de capitalização		25	25	-	-
Cauções e depósitos vinculados	6	12.932	11.696	-	-
Impostos diferidos	7	1.528	139	-	-
Investimentos	8	-	-	105.542	118.515
Outros investimentos		10	10	-	-
Imobilizado	9	172.152	177.729	-	-
Total dos ativos não circulantes		186.647	202.586	105.542	118.515
TOTAL DOS ATIVOS		230.408	249.620	111.522	157.458

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado 31/12/14	Consolidado 31/12/13	Controladora 31/12/14	Controladora 31/12/13
CIRCULANTES					
Fornecedores	10	770	329	92	19
Financiamentos	11	5.897	5.556	-	-
Dividendos a pagar	14	641	20.452	641	20.452
Impostos a recolher		389	398	25	60
Contas a pagar - Eletrobrás	12	21.174	2.060	-	-
Outras contas a pagar		35	55		
Total dos passivos circulantes		28.906	28.850	758	20.531
NÃO CIRCULANTES					
Financiamentos	11	90.738	96.635	-	-
Partes relacionadas	13	-	-	-	12.792
Total dos passivos não circulantes		90.738	96.635	-	12.792
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
Capital social		101.955	101.955	101.955	101.955
Reservas de capital		4.237	4.237	4.237	4.237
Reservas de lucros		4.572	17.943	4.572	17.943
Total do patrimônio líquido		110.764	124.135	110.764	124.135
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		230.408	249.620	111.522	157.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
RECEITA LÍQUIDA	15	22.564	40.526	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciação		(5.572)	(6.302)	-	-
Custo de operação		(6.595)	(4.917)	(1.226)	(975)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(463)	(674)	-	-
Total	16	(12.630)	(11.893)	(1.226)	(975)
LUCRO BRUTO		9.934	28.633	(1.226)	(975)
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(1.397)	(962)	(148)	(152)
Depreciação		(5)	(7)	-	-
Outras despesas		93	(25)	-	-
Outras receitas		-	1.240	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	4.540	23.179
Total	16	(1.309)	246	4.392	23.027
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		8.625	28.879	3.166	22.052
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		4.921	4.151	136	184
Despesas financeiras		(8.540)	(8.570)	(606)	(584)
Total	17	(3.619)	(4.419)	(470)	(400)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.006	24.460	2.696	21.652
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	(2.946)	(2.842)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	636	34	-	-
Total		(2.310)	(2.808)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.696	21.652	2.696	21.652
Lucro por ação básico e diluído (expressos em reais - R$)				0,521	4,188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Lucro líquido do exercício	2.696	21.652	2.696	21.652
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	2.696	21.652	2.696	21.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital - Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
			Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	101.955	4.237	1.433	-	-	107.625
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.652	21.652
Constituição de reserva legal	-	-	1.083	-	(1.083)	-
Constituição de reversa para dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.142)	(5.142)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	15.427	(15.427)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	101.955	4.237	2.516	15.427	-	124.135
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.696	2.696
Constituição de reserva legal	-	-	135	-	(135)	-
Constituição de reversa para dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(640)	(640)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	1.921	(1.921)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(15.427)	-	(15.427)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	101.955	4.237	2.651	1.921	-	110.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		2.696	21.652	2.696	21.652
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	16	5.577	6.309	-	-
Encargos sobre mútuo (líquido)		(428)	(596)	447	581
Juros sobre financiamentos	11.1	7.806	8.142	-	-
Ressarcimento Eletrobras	12.1	21.174	2.060	-	-
Impostos diferidos	7.1	(1.389)	(62)	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	17	(3.910)	(3.339)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	(4.540)	(23.179)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(152)	927	-	-
Impostos a recuperar		92	(32)	(28)	(41)
Adiantamentos a fornecedores		(62)	(122)	(1)	(1)
Pagamentos antecipados		(58)	120	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		441	237	73	16
Impostos a recolher		1.321	1.266	(35)	23
Contas a pagar - Eletrobras	12.1	(2.060)	(1.293)	-	-
Outras contas a pagar		(20)	49	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.330)	(1.104)	-	-
Pagamentos de juros sobre financiamentos	11.1	(7.806)	(8.941)	-	-
Dividendos recebidos	8	-	-	52.050	12.000
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.892	25.273	50.662	11.051
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		19.774	(36.889)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		19.774	(36.889)	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de financiamentos	11.1	(5.556)	(5.617)	-	-
Mútuo com partes relacionadas - ingresso		13.415	171	-	920
Mútuo com partes relacionadas - pagamento		-	-	(13.239)	(4)
Dividendos pagos	14	(35.878)	(11.921)	(35.878)	(11.921)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(28.019)	(17.367)	(49.117)	(11.005)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.647	(28.983)	1.545	46
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2.450	31.433	51	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	16.097	2.450	1.596	51
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.647	(28.983)	1.545	46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Enerbras" ou "Controladora") foi constituída em 9 de fevereiro de 2001, na forma de Sociedade Limitada e transformada em 10 de maio de 2006 em sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., ("Espra" ou "Controlada"), sociedade por ações com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

A Espra é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidroelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 1, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 2, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato	Montante autorizado a ser vendido por ano	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			contratual	atualizado	Inícial	Final		
	R$ mil	MWh	R$	R$				
Cachoeira da Lixa	172.450	65.349	121,35	217.41	mai/08	abr/28	IGP-M	Junho
Colino 1	153.243	61.057	121,35	217,41	set/08	ago/28	IGP-M	Junho
Colino 2	219.008	87.337	121,35	217,41	jul/08	jun/28	IGP-M	Junho

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia e sua controlada também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as politicas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 4 de março de 2015.

2.2.Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3.Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4.Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa 9);
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 12); e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 19).

2.5.Principais politicas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e consolidadas.

2.5.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 4).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2014 os Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 6).

c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2014 contas a receber de clientes (nota explicativa 5).

d) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 compreendem:

- Financiamentos (nota explicativa 11);

- Fornecedores (nota explicativa 10); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 12).

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Depreciação - Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada sobre o saldo de imobilizações em serviço mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil do bem.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 9.

2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.5.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou sua controlada possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.5. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.6. Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, sua controlada optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

2.5.7. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2014, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2015 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações contábeis da controlada Espra mencionada na nota explicativa 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada; e,

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre a Controladora e a Controlada. Os critérios de consolidação integral foram aplicados, conforme o quadro a seguir:

		% Participação	
Companhia	Consolidação	31/12/14	31/12/13
Energética Serra da Prata S.A.	Integral	99,99	99,99

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Bancos conta movimento	16.097	2.450	1.596	51
Aplicações financeiras	22.272	39.372	-	-
Total	38.369	41.822	1.596	51
Apresentados como:				
Caixa e equivalentes de caixa	16.097	2.450	1.596	51
Aplicações financeiras	22.272	39.372	-	-
Total	38.369	41.822	1.596	51

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 92% até 102% do CDI – Certificado de depósito interbancário.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/12/14	31/12/13
Centrais Elétricas Brasileiras S/A. - Eletrobrás	4.744	4.592

6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO)

	31/12/14	31/12/13
Não circulante	12.932	11.696

Os saldos apresentados referem-se a aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de "fundo de liquidez em conta reserva" junto ao Banco do Nordeste S.A., cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCHs. Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento que ocorrerá em 2026. Esta aplicação é remunerada pelo CDI alcançando 97% da sua variação.

7 IMPOSTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

	31/12/14	31/12/13
PIS diferido	148	13
COFINS diferida	680	62
Imposto de renda diferido	455	42
Contribuição social diferida	245	22
Total	1.528	139

Os impostos diferidos foram constituídos em função da diferença na receita entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

7.1 Movimentação dos impostos diferidos

	PIS/COFINS	IRPJ/CSLL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	47	30	77
Movimentação líquida	28	34	62
Saldo em 31 de dezembro de 2013	75	64	139
Movimentação líquida	753	636	1.389
Saldo em 31 de dezembro de 2014	828	700	1.528

8 INVESTIMENTOS

	Saldo em 31/12/12	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/13	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/14
Energética Serra da Prata S.A.	117.356	(22.020)	23.179	118.515	(17.513)	4.540	105.542

Movimentação de dividendos a receber

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.830
Dividendos recebidos	(12.000)
Dividendos propostos	22.020
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.850
Dividendos recebidos	(52.050)
Dividendos propostos	17.513
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.313

9 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/12	Adições	Saldo em 31/12/13	Adições	Saldo em 31/12/14
Custo corrigido						
Geração						
Terrenos		595	-	595	-	595
Reservatórios , barragens e adutoras	2%	95.797	-	95.797	-	95.797
Edificações obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	46.336	-	46.336
Máquinas e equipamentos	3%	65.005	-	65.005	-	65.005
Móveis e utensílios	10%	119	-	119	-	119
Equipamentos de informática	16%	247	-	247	-	247
Outros	14%	10	-	10	-	10
Total		208.109	-	208.109	-	208.109
Administração						
Móveis e utensílios	10%	40	-	40	-	40
Equipamentos de informática	16%	18	-	18	-	18
Total		58	-	58	-	58
Total dos custos		208.167	-	208.167	-	208.167
Depreciação acumulada						
Geração						
Reservatórios , barragens e adutoras		(9.999)	(2.232)	(12.231)	(2.243)	(14.474)
Edificações obras civis e benfeitorias		(5.587)	(1.257)	(6.844)	(1.257)	(8.101)
Máquinas e equipamentos		(9.066)	(2.019)	(11.085)	(2.019)	(13.104)
Móveis e utensílios		(50)	(12)	(62)	(12)	(74)
Equipamentos de informática		(132)	(40)	(172)	(40)	(212)
Outros		(5)	(1)	(6)	(1)	(7)
Total		(24.839)	(5.561)	(30.400)	(5.572)	(35.972)
Administração						
Móveis e utensílios		(16)	(5)	(21)	(4)	(25)
Equipamentos de informática		(15)	(2)	(17)	(1)	(18)
Total		(31)	(7)	(38)	(5)	(43)
Total da depreciação		(24.870)	(5.568)	(30.438)	(5.577)	(36.015)
Total do ativo imobilizado		183.297	(5.568)	177.729	(5.577)	172.152

As imobilizações em serviço estão divididas em dois grupos:

a) Geração - Composto basicamente de ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

b) Administração - Composto pelos ativos utilizados no escritório da administração da Enerbrás.

Em novembro de 2008, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 190, de 12 de dezembro de 2005, foi concluído o processo de unitização dos bens imobilizados em serviço.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures.

A depreciação dos ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata foi calculada de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e de acordo com a Portaria nº 815, de 30 de novembro de 1994, do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e resolução ANEEL nº 240, de 2006.

A Companhia não identificou indícios de perda de valor recuperável de seus ativos imobilizados.

10 FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	770	329	92	19

Os fornecedores são formados principalmente por valores gastos com manutenção e custos de operação.

11 FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	31/12/14		31/12/13		
	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Circulante	5.897	5.897	20	5.536	5.556
Não Circulante	90.738	90.738	-	96.635	96.635
Total	96.635	96.635	20	102.171	102.191

Contrato de financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e sua Controlada, aprovado pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008, com interveniência de sua de sua controlada, em 30 de junho de 2006, no montante total de R$120.096, com juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos.

Como garantias a este financiamento foram concedidos:

a) Hipoteca de primeiro grau dos imóveis com todas as instalações existentes na: (i) imóvel rural PCH - Cachoeira da Lixa, situado no município de Jucuruçu (BA); (ii) imóvel rural PCH Colino 1 - DEF, situado no município de Vereda (BA); e (iii) Fazenda Entorno PCH - Colino 2, situada

no município de Vereda (BA);

a) Penhor de ações, celebrado nos termos dos artigos 1.419 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.405/2002) e art. 39 da Lei nº 6.404/76. A Enerbras, na qualidade de interveniente, oferece em penhor as ações ordinárias de emissão da Enerbras;

b) Penhor dos Direitos Emergentes das Resoluções Autorizativas, celebrado em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e conforme permitido o parágrafo 1º do artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, a controladora Enerbras dá em penhor ao BNB:

c.1) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Enerbras, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; e (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, posteriormente alteradas pelas Resoluções nº 427, 425 e 426, todas de 24 de dezembro de 2004, e pelas Disposições SCG/ANEEL nº 591 e nº 588, de 20 de março 2006, e nº 529, de 15 de março 2006, respectivamente, incluindo, mas não se limitando a todas as indenizações pela revogação ou extinção da autorização; e

c.2) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, com suas alterações mencionadas no item 'a', e dos Contratos de Compra e Venda de Energia: CT-PROINFA/PCH-MRE nº 032/2004 (PCH Cachoeira da Lixa); CT-PROINFA/PCH-MRE nº 033/2004 (PCH Colino 1) e CT-PROINFA/PCH-MRE nº 034/2004 (PCH Colino 2), celebrados entre a Enerbras e a ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

d) Cessão e vinculação de receita dos contratos firmados com a ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; e

e) Fundo de liquidez em conta reserva.

11.1 Movimentação

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108.607
Encargos financeiros	8.142
Amortização da dívida	(5.617)
Juros pagos	(8.941)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	102.191
Encargos financeiros	7.806
Amortização da dívida	(5.556)
Juros pagos	(7.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	96.635

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Saldo
2016	6.275
2017	6.676
2018	7.099
De 2019 a 2023	42.763
De 2024 a 2026	27.925
Total	90.738

12 CONTAS A PAGAR ELETROBRAS (CONSOLIDADO)

	31/12/14	31/12/13
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	21.174	2.060

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Controlada e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

	31/12/2012	Provisão	Amortização	31/12/2013	Provisão	Amortização	31/12/2014
Eletrobras	1.293	2.060	(1.293)	2.060	21.174	(2.060)	21.174

13 PARTES RELACIONADAS

	Vigência		Consolidado Ativo	Controladora Passivo	Resultado do exercício findo em	
	Início	Fim	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Renova	10/07/2009	31/12/2014	12.987	-	428	596
Espra	26/08/2009	31/12/2014	-	12.792	(447)	(581)

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2013 assim como as transações que afetaram o resultado do exercício de 2013 e 2014 são, relativos a operações com partes relacionadas decorrentes de transações da Espra com sua controladora direta e indireta, sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% a.a. Estes ativos foram recebidos no exercício de 2014.

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A Renova Energia S.A. é o único acionista da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R$101.955 e está representado por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinária, 03 (três) ações preferenciais de classe "A"; 832.562 ações preferenciais de classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

Apropriação do lucro

Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar (controladora e consolidado):

Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.231
Dividendos pagos	(11.921)
Dividendos propostos	5.142
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.452
Dividendos pagos	(35.878)
Dividendos propostos	16.067
Saldo em 31 de dezembro de 2014	641

15 RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/14		31/12/13	
	MW/h*	Valor	MW/h*	Valor
Disponibilização de energia				
Suprimento de energia elétrica	213.743	44.855	224.434	44.121
Ressarcimento Eletrobras		(21.494)		(2.060)
Total		23.361		42.061
(-)Deduções da receita				
Cofins		(655)		(1.262)
PIS		(142)		(273)
		(797)		(1.535)
Total		22.564		40.526

(*) informações não auditadas pelos auditores independentes.

16 CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado					
	31/12/14			31/12/13		
	Custos dos serviços	Despesas operacionais	Total	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(378)	-	(378)	(593)	-	(593)
Taxa de fiscalização	(86)	-	(86)	(81)	-	(81)
	(464)	-	(464)	(674)	-	(674)
Serviços de terceiros	(4.886)	(1.397)	(6.283)	(3.300)	(727)	(4.027)
Aluguéis e arrendamentos	(1.283)	-	(1.283)	(975)	-	(975)
Viagens	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização*	(5.572)	(5)	(5.577)	(6.302)	(7)	(6.309)
Seguros	(425)	-	(425)	(511)	-	(511)
Outras	-	93	93	(131)	980	849
	(12.166)	(1.309)	(13.475)	(11.219)	246	(10.973)
Total	(12.630)	(1.309)	(13.939)	(11.893)	246	(11.647)

(*) Em 2013 essa conta contemplava a amortização do ativo diferido no montante de R$ 741 que foi totalmente amortizado no exercício de 2013.

	Controladora	
	31/12/14	31/12/13
Serviços de terceiros	(148)	(147)
Aluguéis e arrendamentos	(1.226)	(975)
Outras	-	(5)
Resultado de equivalência patrimonial	4.540	23.179
Total	3.166	22.052
Apresentadas como:		
Custos dos serviços	(1.226)	(975)
Gerais e administrativas	(148)	(152)
Resultado de equivalência patrimonial	4.540	23.179
Total	3.166	22.052

17 RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções	3.910	3.339	-	-
Juros mútuo	875	596	-	-
Outros	136	216	136	184
	4.921	4.151	136	184
Despesas financeiras				
Juros - mútuo	(447)	-	(447)	(581)
Encargos da dívida	(7.806)	(8.142)	-	-
IOF	(217)	(387)	(157)	-
Outras	(70)	(41)	(2)	(3)
	(8.540)	(8.570)	(606)	(584)
Total	(3.619)	(4.419)	(470)	(400)

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CONSOLIDADO)

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Base de cálculo presumido	44.855	44.121	44.855	44.121
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	3.588	3.530	5.383	5.295
Outras receitas	4.673	4.432	4.673	4.432
Base de cálculo	8.261	7.962	10.056	9.727
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
Total	(2.065)	(1.991)	(905)	(875)
Desconto excedente a R$ 240 ano	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(2.041)	(1.967)	(905)	(875)

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espra (regime de lucro presumido). A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de sua controlada.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Espra possuía um risco de mercado associado a Taxa pré-fixada.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos a TJLP, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC.

b) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de sua controlada à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2014. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

A análise de sensibilidade inclui aplicações financeiras e financiamento com terceiro. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio.

Ativo financeiro	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(240)
Cauções e depósitos vinculados	Baixa do CDI	(139)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza

linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro abaixo.

Instrumentos a Taxa de Juros	Total	De 1 mês a 1 ano	De 1 ano a 5 ano	Mais de 5 ano
Financiamentos	96.635	5.897	35.619	55.119

d) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

		Valor contábil	
	Nota	31/12/14	31/12/13
Ativos Financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	5	4.744	4.592

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações em caráter especulativo. A Companhia e sua controlada gerenciam seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia e sua controlada não fazem uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e sua controlada não efetuaram aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

e) Gestão de capital (Consolidado)

	31/12/14	31/12/13
Dívida de financiamento	96.635	102.191
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	38.369	41.822
Dívida líquida	58.266	60.369
Patrimônio líquido	110.764	124.135
Índice de alavancagem financeira - %	57%	69%

Os objetivos da Companhia e de sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

f) Risco da escassez hidrológica

A controlada (Espra) gera energia por meio de usinas hidrelétricas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, a Administração estabelece contratos de seguro para mitigar parte deste risco.

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos e o nível hierárquico dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo representados por aplicações financeiras foram classificados como nível 2. O nível 2 é caracterizado como sem mercado ativo. Para um instrumento financeiro que não tenha mercado ativo o valor justo é apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outros instrumentos que sejam substancialmente o mesmo.

20 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

	Importância	Vigência		
Objeto da Garantia	Segurada	Início	Fim	Segurado
Riscos Operacionais	156.109	25/09/2014	25/09/2015	ESPRA
Responsabilidade Civil	20.000	25/09/2014	25/09/2015	ESPRA